

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE NOVA FRIBURGO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2000 OBJETO DE PUBLICAÇÃO

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

A Administração da CENF - Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo tem a satisfação de apresentar os resultados de 2000, acompanhados das demonstrações contábeis correspondentes.

1 – Aspectos administrativos

No exercício, a CENF deu continuidade ao seu programa de investimentos, visando melhorar, cada vez mais, a qualidade dos serviços prestados aos quase 70 mil consumidores no município de Nova Friburgo, sua área de concessão.

Das muitas realizações da CENF, merecem destaque:

- A conclusão dos serviços de automação da Usina Xavier;
- A ampliação da subestação Tadeu Aor;
- A abertura da agência de atendimento a consumidores e a construção do alimentador de Lumiar;
- A renovação e ampliação da frota de veículos;
- O início de construção da linha de transmissão Tadeu Aor / Conselheiro Paulino / Usina Xavier;
- A implantação de um novo sistema de rádios, com aparelhos digitais;
- O início das obras de reforma e ampliação da subestação de Conselheiro Paulino;
- A intensificação dos programas de eletrificação rural;
- A aquisição de equipamentos para serviços em linhas energizadas, bem como os trabalhos de manutenção e reformas nas redes de distribuição de energia elétrica em diversos circuitos do município, visando a redução contínua do índice DEC, que expressa a duração das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Em 2000, esse índice situou-se em 18,38 horas contra 22,90 horas, em 1999.

Essas e outras realizações da CENF no exercício resultaram em investimentos de R\$ 6.120 mil (R\$ 6.043 mil em 1999), o que representa cerca de 70 % da geração de caixa da empresa, medida pelo EBITDA.

Outro aspecto a destacar, pela sua especial importância, foi o programa de desenvolvimento técnico-profissional implementado, o que permitiu a todos os empregados receber novos conhecimentos e habilidades. Ao término do ano a CENF apresentava um efetivo de 94 empregados.

Indicadores de Produtividade

	2000	1999	1998	1997
Número de empregados	94	91	93	127
Número de consumidores	69.907	67.600	64.494	62.289
MWh vendidos por empregado	3.394	3.319	3.167	2.197
Consumidores por empregado	744	743	693	490

Balço Social

1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)	2000	1999
1.1 - Receita Operacional Líquida	34.989	29.601
1.2 - Resultado Operacional (exclui R\$ 1.616 mil de juros sobre o capital próprio, em 2000; R\$ 694 mil em 1999)	7.336	3.300
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	2.282	2.393
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	257	214
2.2 - Encargos Sociais	528	549
2.3 - Previdência Privada	6	4
2.4 - Saúde	56	54
2.5 - Educação	6	1
2.6 - Participação nos Resultados	294	219
2.7 - Outros Benefícios	19	36
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.7)	1.166	1.077
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	14.062	11.665
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	61	43
3.3 - Programa Luz no Campo	81	-
3.4 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	530	-
Total – Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.4)	14.734	11.708
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - Nº de empregados ao final do período	94	91
4.2 - Nº de admissões durante o período	10	13

2 - Mercado de energia elétrica

A CENF encerrou o exercício com 69.907 consumidores, 3,4 % a mais que em 1999. O consumo de energia elétrica no seu mercado próprio aumentou 5,2 %, atingindo 312,6 GWh. As classes residencial e comercial, responsáveis por 64,2 % da energia nele vendida, apresentaram aumentos no consumo de, respectivamente, 4,3 % e 7,5 %. O consumo da classe rural cresceu 10,6 %, fruto dos esforços da empresa na área de eletrificação.

As perdas de energia elétrica, por sua vez, situaram-se 8,3 %, menores em relação às registradas em 1999, de 8,8 %. A geração própria de energia foi de 43 GWh, contra 42 GWh em 1999.

Com esse mercado, a receita operacional bruta atingiu R\$ 47.414 mil, significando um acréscimo de 18,2 % em relação a 1999. Esse crescimento deve-se, basicamente, ao reajuste de 14,58 % das tarifas de fornecimento da empresa, em junho de 2000, conjugado com o citado aumento do consumo de energia elétrica.

3 - Resultados econômico-financeiros

A CENF computou um resultado dos serviços de energia elétrica de R\$ 6.083 mil, ou seja, 45 % maior em relação a 1999. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, ajustada pela

provisões constituídas no exercício, alcançou R\$ 8.811 mil contra R\$ 7.220 mil, em 1999. O lucro líquido, por sua vez, atingiu R\$ 5.275 mil, significando uma melhoria de 167 % no ano. Esse lucro líquido representa R\$ 0,05 por ação do capital social e uma rentabilidade de 19,1 % sobre o patrimônio líquido do ano anterior.

Com isso, o patrimônio líquido da CENF, em 31 de dezembro de 2000, totalizou R\$ 31.276 mil, ou seja, R\$ 0,32 por ação.

4 - Remuneração aos acionistas

A Administração proporá à Assembléia Geral a realizar-se brevemente a distribuição aos acionistas de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 1.616 mil, à razão de R\$ 16,4672 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 18,1140 por lote de mil ações preferenciais. Essa distribuição representa 30,6 % do lucro líquido apurado no exercício e um aumento de 133 % em relação ao juros sobre o capital distribuídos no exercício anterior. A data de início da distribuição desses juros será definida na referida Assembléia.

**Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2000 e 1999
(em milhares de reais)**

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	47.414	40.105
Receitas não operacionais	224	231
Menos:		
Insumos		
Custo da energia comprada	14.325	11.848
Serviços de terceiros	6.532	6.800
Materiais	575	459
Outros custos operacionais	907	676
	<u>22.339</u>	<u>19.783</u>
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>25.299</u>	<u>20.553</u>
Quotas de reintegrações	1.841	1.686
Provisão para contingências	121	477
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>23.337</u>	<u>18.390</u>
Receitas financeiras	717	550
4- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>24.054</u>	<u>18.940</u>
5- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	2.342	2.405
Governo: (impostos, taxas e contribuições)	14.062	11.333
Transferências intra-setoriais	2.832	1.493
Juros	(805)	1.452
Aluguéis	54	63
Distribuição do lucro		
Juros sobre capital próprio	1.616	694
Participação dos administradores	294	219
Reservas de lucros	1.846	692
Lucros retidos	1.813	589
	<u>24.054</u>	<u>18.940</u>

A Administração.

Demonstrações Financeiras

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2000 e 1999

(Em milhares de reais)

Ativo	2000	1999
Circulante		
Numerário disponível	454	383
Aplicações no mercado aberto	411	-
Consumidores e concessionárias	5.768	5.652
Rendas a receber	351	222
Outros créditos	542	54
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(218)	(21)
Estoques	162	63
Impostos a recuperar	762	645
Despesas pagas antecipadamente	20	26
	<u>8.252</u>	<u>7.024</u>
 Realizável a longo prazo		
Depósitos e cauções vinculados	310	288
Créditos tributários	1.273	1.514
Empréstimos à controladora	1.638	632
Outros	94	94
	<u>3.315</u>	<u>2.528</u>
 Permanente		
Investimentos	33	15
Imobilizado	35.076	31.138
Diferido	12	-
	<u>35.121</u>	<u>31.153</u>
	<u><u>46.688</u></u>	<u><u>40.705</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destes balanços.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2000 e 1999

(Em milhares de reais)

Passivo	2000	1999
Circulante		
Fornecedores	1.736	1.611
Empréstimos e financiamentos	684	472
Folha de pagamento	37	37
Juros sobre o capital próprio/dividendos	2.158	1.085
Tributos e contribuições sociais	2.497	1.439
Encargos do consumidor a recolher	253	194
Obrigações estimadas	183	261
Outras contas a pagar	590	259
	<u>8.138</u>	<u>5.358</u>
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	491	89
Imposto de renda diferido	330	438
Provisões para contingências	2.857	4.662
Outras contas a pagar	125	94
	<u>3.803</u>	<u>5.283</u>
Obrigações vinculadas à concessão	3.471	2.447
	<u>7.274</u>	<u>7.730</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	15.600	15.600
Reservas de capital	184	183
Reservas de lucros	7.060	5.698
Lucros acumulados	8.432	6.136
	<u>31.276</u>	<u>27.617</u>
	<u>46.688</u>	<u>40.705</u>

As notas explicativas são parte integrante destes balanços.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2000	1999
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	45.988	38.713
Suprimento de energia elétrica	333	258
Outras	1.093	1.134
	<u>47.414</u>	<u>40.105</u>
Deduções à receita operacional		
Quotas para reserva global de reversão - RGR	499	434
ICMS faturado	10.195	8.636
Pis e Cofins	1.731	1.434
	<u>12.425</u>	<u>10.504</u>
Receita operacional líquida	<u>34.989</u>	<u>29.601</u>
DESPESA OPERACIONAL		
Pessoal	2.342	2.405
Material	575	459
Serviços de terceiros	6.532	6.800
Energia elétrica comprada para revenda	14.325	11.848
Quota para a conta de consumo de combustível	2.333	1.059
Depreciação	1.841	1.686
Provisão para contingências	121	477
Outras despesas	837	665
	<u>28.906</u>	<u>25.399</u>
Resultado do serviço	<u>6.083</u>	<u>4.202</u>
Receita (despesa) financeira		
Renda de aplicações financeiras	58	7
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	569	543
Outras receitas financeiras	90	-
Encargos de dívidas	(76)	(71)
Juros sobre o capital próprio	(1.616)	(694)
Reversão (provisão) de juros sobre impostos	1.128	(1.128)
Outras despesas financeiras	(516)	(253)
	<u>(363)</u>	<u>(1.596)</u>
Resultado operacional	<u>5.720</u>	<u>2.606</u>
Receita não operacional	224	231
Despesa não operacional	<u>(124)</u>	<u>(74)</u>
	100	157
Lucro antes da contribuição social, imposto de renda, participações e reversão dos juros sobre o capital próprio	5.820	2.763
Contribuição social	(489)	(438)
Imposto de renda	<u>(1.378)</u>	<u>(825)</u>
Lucro antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	3.953	1.500
Participações dos administradores	<u>(294)</u>	<u>(219)</u>
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	3.659	1.281
Reversão de juros sobre o capital próprio	<u>1.616</u>	<u>694</u>
Lucro líquido do exercício	<u>5.275</u>	<u>1.975</u>
Lucro líquido por ação - R\$	<u>0,05</u>	<u>0,02</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações.

**Demonstrações das origens e aplicações de recursos
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2000 e 1999**
(Em milhares de reais)

	2000	1999
Origens de recursos		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	5.275	1.975
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:		
Depreciação	1.841	1.686
Valor residual de ativo permanente baixado	329	372
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	136	1.110
Imposto de renda e contribuição social sobre créditos temporários	(175)	(944)
Provisão para contingências	121	477
Reversão de provisão	(1.128)	-
Impostos e contribuições diferidas	-	1.188
	<u>6.399</u>	<u>5.864</u>
De terceiros		
Contribuição de consumidores	1.024	736
Aumento do exigível a longo prazo	552	-
	<u>1.576</u>	<u>736</u>
	<u>7.975</u>	<u>6.600</u>
Aplicações de recursos		
No investimento	18	-
No imobilizado	6.108	6.043
No diferido	12	-
No realizável a longo prazo	516	787
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	1.257	85
Juros sobre o capital próprio	1.616	461
	<u>9.527</u>	<u>7.376</u>
Redução do capital circulante líquido	<u>(1.552)</u>	<u>(776)</u>
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante:		
No início do exercício	7.024	7.554
No fim do exercício	8.252	7.024
	<u>1.228</u>	<u>(530)</u>
Passivo circulante:		
No início do exercício	5.358	5.112
No fim do exercício	8.138	5.358
	<u>2.780</u>	<u>246</u>
Redução do capital circulante líquido	<u>(1.552)</u>	<u>(776)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2000 e 1999**
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Total	
	Capital social	Remuneração de imobilizado em curso	Outras reservas de capital	Estatutária	Legal	Lucros a realizar		Lucros acumulados
Saldos em 1º de janeiro de 1999	15.600	265	4	1.386	231	3.873	4.830	26.189
Reversão de remuneração das imobilizações em curso	-	(86)	-	-	-	-	-	(86)
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(484)	484	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.975	1.975
Proposta de distribuição do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	-	-	-	-	99	-	(99)	-
Juros sobre o capital próprio atribuídos aos dividendos	-	-	-	-	-	-	(590)	(590)
Imposto de renda retido na fonte incidente nos juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(104)	(104)
Imposto de renda e contribuição social sobre os juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	233	233
Reserva estatutária	-	-	-	593	-	-	(593)	-
Saldos em 31 de dezembro de 1999	15.600	179	4	1.979	330	3.389	6.136	27.617
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(484)	484	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	5.275	5.275
Proposta de distribuição do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	-	-	-	-	264	-	(264)	-
Juros sobre o capital próprio atribuídos aos dividendos	-	-	-	-	-	-	(1.374)	(1.374)
Imposto de renda retido na fonte incidente nos juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(242)	(242)
Reserva estatutária	-	-	-	1.582	-	-	(1.582)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2000	<u>15.600</u>	<u>179</u>	<u>4</u>	<u>3.561</u>	<u>594</u>	<u>2.905</u>	<u>8.433</u>	<u>31.276</u>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2000 e 1999**
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF, concessionária de geração e distribuição de serviços públicos de energia elétrica, atende a 69.907 consumidores (não auditado) no município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

3 Principais práticas contábeis

- a) As aplicações no mercado aberto estão representadas por aplicações em fundos de curto prazo e registradas pelo valor da quota na data do balanço.
- b) A provisão para “créditos de liquidação duvidosa” foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.
- c) Os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, que não excede seu valor de mercado.
- d) O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir dessa data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso.
- e) Em função do disposto nas Instruções Gerais 35 e 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados nesse subgrupo como custo.
- f) O diferido está representado pelo custo de aquisição de softwares de sistemas de informática e será amortizado pelo prazo de cinco anos a partir da entrada em operação.
- g) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% determinado pela legislação vigente. A contribuição social foi calculada à alíquota de 12% em janeiro de 2000 e a de 9% a partir de fevereiro de 2000, sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos pelas alíquotas de 25% e 8%, respectivamente, que estarão vigentes quando da realização desses tributos.
- h) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos prováveis desfechos desfavoráveis.
- i) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;

- j) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.

4 Consumidores e concessionárias

Classes de consumo	Saldos vincendos	Vencidos até 30 dias	Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos de 90 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	Total	
						2000	1999
Residencial	1.193	796	140	53	8	2.190	1.737
Industrial	547	54	9	1	37	648	636
Comércio, serviços e outras atividades	496	397	68	45	24	1.030	814
Rural	28	31	3	1	-	63	53
Poder público:							
Federal	7	6	-	-	-	13	18
Estadual	11	9	2	-	-	22	192
Municipal	34	6	11	18	152	221	39
Iluminação pública	140	-	-	-	-	140	129
Serviço público	86	-	-	302	-	388	1.157
Subtotal – consumidores	2.542	1.299	233	420	221	4.715	4.775
Concessionária	36	-	-	-	-	36	32
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	1.017	845
Total	2.578	1.299	233	420	221	5.768	5.652

5 Imobilizado

Composição dos saldos e taxas anuais médias de depreciação:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2000	1999
Em serviço			
Custo histórico:			
Produção			
. Geração hidráulica	2,83	4.381	3.447
Distribuição			
. Linhas, redes e subestações	5,29	33.911	29.769
. Comercialização	4,03	4.422	3.756
Administração	15,35	330	209
		43.044	37.181
(-) Depreciação acumulada			
Produção			
. Geração hidráulica		(1.547)	(1.476)
Distribuição			
. Linhas, redes e subestações		(10.514)	(9.578)
. Comercialização		(1.865)	(1.705)
Administração		(74)	(28)
		(14.000)	(12.787)
Em curso			
Produção			
. Geração hidráulica		436	893
. Sistema de transmissão de conexão		408	75
Distribuição			
. Linhas, redes e subestações		4.894	5.281
. Comercialização		155	343
Administração		139	152
		6.032	6.744
		35.076	31.138

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

6 Diferido

Refere-se a custo de aquisição de softwares no montante de R\$12, que se encontram em processo de implantação.

7 Transações com controladora

Apresentamos os saldos das operações efetuadas no exercício:

	Cia. Força e Luz Cataguazes-Leopoldina				
	2000			1999	
	Ativo	Despesa	Receita	Ativo	Despesa
Empréstimos à controladora	1.638	-	-	632	-
Serviços contratados	-	5.526	-	-	5.616
Receita financeira	-	-	138	-	-

As transações de mútuo são remuneradas a 90% do CDI, conforme contrato de abertura de crédito firmado em janeiro de 1999, com vencimento para dezembro de 2001.

Os serviços contratados, referentes às áreas administrativas e apoio, foram realizados em condições usualmente praticadas no mercado.

As transações estão suportadas por contratos que foram submetidos ao conhecimento/aprovação da ANEEL.

8 Empréstimos e financiamentos

	2000	1999
Em moeda nacional, com juros de até 6,5% a.a. e atualização monetária com base na TJLP (Finame)	94	161
Em moeda nacional, com juros de 5% a.a. e atualização monetária com base na variação da Ufir (Eletrobrás)	458	400
Em moeda nacional, com juros de 10% a.a. acima da taxa CDI (Bradesco)	623	-
	1.175	561
Parcela de curto prazo	684	472
Parcela de longo prazo	491	89

O financiamento obtido junto ao Finame está garantido pelos próprios equipamentos financiados.

O financiamento obtido junto à Eletrobrás está garantido com vinculação da receita própria da Companhia.

O financiamento obtido junto ao Bradesco está garantido por nota promissória emitida a favor da instituição.

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
2001	-	58
2002	52	21
2003	102	10
2004	92	-
2005	92	-
2006	92	-
Após 2006	61	-
	<u>491</u>	<u>89</u>

9 Obrigações vinculadas à concessão

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão da Companhia.

Para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros, essas contas, bem como os ativos correspondentes, por não se tratarem de dívidas efetivas, não devem ser considerados.

10 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado durante o exercício, foi apurada conforme demonstrado a seguir:

	<u>Imposto de renda</u>		<u>Contribuição social(*)</u>	
	<u>2000</u>	<u>1999</u>	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	5.820	2.763	5.820	2.763
Adições permanentes	10	699	21	871
Base de cálculo	5.830	3.462	5.841	3.634
Alíquotas fiscais	25%	25%	9%	12%
Imposto de renda e contribuição social	1.458	866	526	436
Diferença de adicional de alíquota fiscal	(24)	(24)	(37)	2
Imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores	6	55	-	-
Incentivo fiscal (4% de PAT e operações culturais)	(62)	(72)	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>1.378</u>	<u>825</u>	<u>489</u>	<u>438</u>

(*) A contribuição social foi calculada no exercício de 2000 às alíquotas de 12% em janeiro e de 9% a partir de fevereiro. Em 1999, 8% até abril e 12% a partir de maio.

Créditos tributários

Em 31 de dezembro, a Companhia possuía créditos fiscais a compensar relativos a diferenças temporárias dedutíveis conforme natureza e valores a seguir discriminados:

	2000		1999	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Provisão para contingências	598	598	477	477
Provisão de tributos e contribuições em discussão judicial	3.067	2.959	4.185	3.401
Provisão para devedores duvidosos	218	218	-	-
Total	3.883	3.775	4.662	3.878
Alíquota aplicada	25%	8%	25%	9%
Créditos tributários (imposto de renda e contribuição social)	971	302	1.165	349

Imposto de renda diferido

Composição do imposto de renda diferido

	2000	1999
Lucro inflacionário de anos anteriores	1.850	2.283
Realização do exercício	(433)	(433)
Base de cálculo	1.417	1.850
Alíquota fiscal (15% acrescido do adicional de 10%)	25%	25%
Imposto de renda diferido	330	438

11 Programa de recuperação fiscal (Refis)

A Companhia aderiu, em dezembro de 2000, ao programa de recuperação fiscal – Refis, aprovado pela Lei nº 9.964 de abril de 2000. Por consequência, os ajustes decorrentes da consolidação e do reconhecimento dos débitos em razão da desistência do processo judicial da aplicação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins sobre suas operações com energia elétrica podem ser demonstrados como se segue:

Valor da provisão constituída até outubro de 2000	5.375
(-) Reversão de atualização de juros sobre impostos	(1.128)
(-) Pagamento dos valores vencidos de março a novembro de 2000	(1.080)
(+) Atualização da dívida pela TJLP (outras despesas financeiras)	281
(-) Liquidação da primeira parcela em dezembro de 2000 (2,4% do faturamento)	(99)
(=) Saldo da dívida	3.349
Parcela de curto prazo (tributos e contribuições sociais)	1.090
Parcela de longo prazo (provisão para contingências)	2.259

Pelas projeções da Companhia, estima-se a realização total da dívida pelo prazo de 60 meses.

12 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 82.215.000 ações ordinárias e 14.483.948 ações preferenciais, todas sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos

que são, no mínimo, 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do artigo. n.º 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 9.457/97.

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e a formação de reserva estatutária com 30% do lucro líquido do exercício, limitada a 80% do capital social que se destina à ampliação e renovação de instalações e investimentos.

13 Dividendos

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Lucro líquido do exercício	5.275	1.975
Reserva legal	(264)	(99)
Realização de reserva de lucros a realizar	484	484
Lucro líquido ajustado	<u>5.495</u>	<u>2.360</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>1.374</u>	<u>590</u>

A Administração irá propor o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$1.374 (R\$590 em 1999), líquidos da incidência do imposto de renda na fonte de R\$242 (R\$104 em 1999), que serão atribuídos aos dividendos do exercício, conforme segue:

Juros sobre o capital próprio:

Ações ordinárias (R\$13,9971 por mil ações)	1.151
Ações preferenciais classe "A" (R\$15,3969 por mil ações)	<u>223</u>
Total	<u>1.374</u>

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesa financeira, conforme previsto na legislação fiscal, em contrapartida do passivo circulante. Para efeito de apresentação das demonstrações contábeis, o valor desses juros está sendo demonstrado como reversão na demonstração do resultado em contrapartida da conta Lucros Acumulados, no Patrimônio Líquido.

14 Reserva de lucros a realizar

Constituída até 31 de dezembro de 1995, com base no saldo da correção monetária de balanço, sendo revertida para lucros acumulados, integrando a base de cálculo dos dividendos, quando esses lucros são realizados mediante alienação, baixa ou depreciação dos ativos a que se vinculam.

15 Fornecimento de energia elétrica

	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	Não auditado		Não auditado		2000	1999
	2000	1999	2000	1999		
Residencial	62.061	59.933	139.150	133.470	24.602	20.891
Industrial	344	356	73.097	69.642	7.803	6.713
Comercial	6.684	6.545	61.421	57.115	9.506	7.855
Rural	483	438	7.115	6.435	638	467
Poder público:						
. Federal	39	31	714	662	96	80
. Estadual	57	58	1.346	1.281	183	157
. Municipal	151	144	2.658	2.414	373	300
Iluminação pública	1	1	17.263	16.143	1.624	1.372
Serviço público	69	77	9.335	9.484	991	883
Consumo próprio	17	16	453	386	-	-
Subtotal	69.906	67.599	312.552	297.032	45.816	38.718
ICMS	-	-	-	-	(10.195)	(8.636)
Suprimento de energia elétrica	1	1	6.074	5.846	333	258
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	372	(848)	172	(5)
Outras receitas	-	-	-	-	1.093	1.134
Total	69.907	67.600	318.998	302.030	37.219	31.469

16 Remuneração dos administradores

A rubrica despesas de pessoal inclui o montante de R\$487 (R\$552 em 1999), referente à remuneração dos administradores.

17 Provisões para contingências

Contingências	2000			1999		
	Valor da provisão		Depósitos judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Trabalhistas						
Empregados	-	69	25	69	69	5
Serviços de terceiros	111	436	-	325	325	-
Subtotal	-	505	25	394	394	5
Cíveis						
Consumidores	10	93	285	83	83	283
Fiscais						
Cofins	(*) (1.926)	2.259		2.316	4.185	-
TOTAL	(1.805)	2.857	310	(*) 2.793	4.662	288

(*) No exercício de 2000, R\$1.128 foram revertidos e está contabilizado no resultado financeiro como Reversão (Provisão) de Juros sobre Impostos e R\$798 foram quitados junto ao Governo Federal. Em 1999, R\$1.188 foram contabilizados como Deduções à Receita Operacional e R\$477 como Despesa para Provisão com Contingências.

A Companhia possuía causas cuja estimativa de êxito foi qualificada por seus assessores jurídicos como possível e, portanto, não foram objeto de constituição de provisão para

contingências. Em 31 de dezembro de 2000, os valores envolvidos nessas causas eram como se segue:

Trabalhistas	20
Cíveis	170
Fiscais	31
Total	<u>221</u>

18 Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

19 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. A Companhia não opera com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

20 Plano de aposentadoria

A Companhia implementou em dezembro de 2000 o Fundo de Complementação de Aposentadoria Cat-Leo, na modalidade de contribuição definida, para o qual tanto a Companhia quanto os empregados são contribuintes.

21 Contrato de concessão de distribuição

A Companhia assinou, em 18 de junho de 1999, com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o contrato de geração e distribuição de energia elétrica, com prazo de concessão até 7 de julho de 2015, podendo ser renovado por 20 anos.

22 Resultado por atividade

Em atendimento ao Ofício Circular nº 838/2000 da ANEEL, apresenta-se a demonstração do resultado por atividade:

	2000			1999		
	Não auditado			Geração	Distribuição	Total
	Geração	Distribuição	Total			
Receita operacional						
Fornecimento de energia elétrica	2.199	43.789	45.988	1.705	37.008	38.713
Suprimento de energia elétrica		333	333	-	258	258
Outras		1.093	1.093	-	1.134	1.134
	<u>2.199</u>	<u>45.215</u>	<u>47.414</u>	<u>1.705</u>	<u>38.400</u>	<u>40.105</u>
Deduções à receita operacional						
Quota para reserva global de reversão	43	456	499	43	391	434
Impostos e contribuições sobre a receita	80	11.846	11.926	62	10.008	10.070
	<u>123</u>	<u>12.302</u>	<u>12.425</u>	<u>105</u>	<u>10.399</u>	<u>10.504</u>
Receita operacional líquida	<u>2.076</u>	<u>32.913</u>	<u>34.989</u>	<u>1.600</u>	<u>28.001</u>	<u>29.601</u>
Despesa Operacional						
Pessoal	137	2.205	2.342	130	2.275	2.405
Material	3	572	575	4	455	459
Serviços de terceiros	90	6.442	6.532	47	6.753	6.800
Energia elétrica comprada para revenda		14.325	14.325	-	11.848	11.848
Quota para a conta de consumo de combustível	-	2.333	2.333	-	1.059	1.059
Depreciação	77	1.764	1.841	69	1.617	1.686
Provisões		573	573	-	810	810
Outras Despesas	15	370	385	15	317	332
	<u>322</u>	<u>28.584</u>	<u>28.906</u>	<u>265</u>	<u>25.134</u>	<u>25.399</u>
Resultado do Serviço	<u>1.754</u>	<u>4.329</u>	<u>6.083</u>	<u>1.335</u>	<u>2.867</u>	<u>4.202</u>
Resultado financeiro	(60)	(303)	(363)	(38)	(1.558)	(1.596)
Resultado operacional	1.694	4.026	5.720	1.297	1.309	2.606
Resultado não operacional		100	100	-	157	157
Lucro antes da contribuição social, Imposto de renda, participações e reversão dos juros sobre o capital próprio	1.694	4.126	5.820	1.297	1.466	2.763
Contribuição social	(142)	(347)	(489)	(206)	(232)	(438)
Imposto de renda	(401)	(977)	(1.378)	(387)	(438)	(825)
Lucro antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	1.151	2.802	3.953	704	796	1.500
Participações dos administradores	(86)	(208)	(294)	(103)	(116)	(219)
Lucro antes da reversão dos juros sobre capital próprio	1.065	2.594	3.659	601	680	1.281
Reversão dos juros sobre capital próprio	470	1.146	1.616	326	368	694
Lucro líquido do exercício	<u>1.535</u>	<u>3.740</u>	<u>5.275</u>	<u>927</u>	<u>1.048</u>	<u>1.975</u>
Lucro líquido por ação - R\$	<u>0,02</u>	<u>0,04</u>	<u>0,05</u>	<u>0,01</u>	<u>0,01</u>	<u>0,02</u>

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas da

Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF:

(1) Examinamos o balanço patrimonial da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF em 31 de dezembro de 2000 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF em 31 de dezembro de 2000 e o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

(4) As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1999, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo parecer, emitido em 3 de março de 2000, não continha ressalvas.

Nova Friburgo, 20 de fevereiro de 2001

ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC-2-SP-123-S-RJ

José Domingos do Prado
Sócio-Diretor Responsável
Contador – CRC 1SP185087/S-RJ